

---

**TÍTULO I – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL**


---

Capítulo Único – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL .....	55
1. Princípio do direito à sadia qualidade de vida .....	56
2. Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais	
2.1 O acesso aos recursos naturais .....	57
2.2 A equidade no acesso aos recursos naturais .....	59
2.3 A equidade no acesso aos recursos naturais e as futuras gerações .....	59
2.4 O acesso aos recursos naturais, as convenções internacionais e os Direitos nacionais .....	60
3. Princípios usuário-pagador e poluidor-pagador .....	61
4. Princípio da precaução	
4.1 A prevenção e a introdução do princípio da precaução no Direito Ambiental .....	63
4.2 Princípio da precaução na Declaração do Rio de Janeiro/92 .....	65
4.3 O Brasil e o princípio da precaução nas convenções internacionais .....	67
4.4 O princípio da precaução na jurisprudência	
4.4.1 O princípio da precaução e as radiações nucleares .....	69
4.4.2 O princípio da precaução e a captura e caça ou a extinção de <i>habitats</i> de animais em perigo de extinção .....	69
4.4.3 O princípio da precaução e a Engenharia Genética .....	70
4.5 O princípio da precaução na Constituição da França	
4.5.1 A doença da “vaca louca” e o princípio da precaução .....	72
4.5.2 A Carta do Meio Ambiente/2005 na Constituição da França .....	72
4.6 Características do princípio da precaução	
4.6.1 Incerteza do dano ambiental .....	74
4.6.2 Tipologia do risco ou da ameaça .....	74

4.6.3	Da obrigatoriedade do controle do risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente .....	75
4.6.4	O custo das medidas de prevenção .....	75
4.6.5	Implementação imediata das medidas de prevenção: o não-adiamento .....	76
4.6.6	O princípio da precaução e os princípios constitucionais da Administração Pública brasileira .....	77
4.6.7	A inversão do ônus da prova .....	79
4.7	A Lei 9.605/98 e a incriminação da ausência de precaução .....	80
4.8	O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e a aplicação do princípio da precaução: diagnóstico do risco ambiental .....	80
5.	Princípio da prevenção .....	82
6.	Princípio da reparação .....	85
7.	Princípio da informação .....	86
8.	Princípio da participação	
8.1	Introdução .....	90
8.2	Organizações não-governamentais-ONGS .....	91
8.3	Participação na formação das decisões administrativas .....	94
8.4	Participação nos recursos administrativos e nos julgamentos administrativos .....	95
8.5	Participação no século XXI e instituição do plebiscito ambiental .....	95
8.6	Participação nas ações judiciais ambientais .....	96
9.	Princípio da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público .....	98
9.1	As Constituições Nacionais e a intervenção dos Estados .....	98
9.2	Função gestora dos Estados: meio ambiente como bem de uso comum do povo .....	100
9.3	Novas idéias de gestão ambiental: eficiência e prestação de contas .	101
9.4	Governança ambiental .....	101

## ***TÍTULO II – CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE***

### **Capítulo I – COMPETÊNCIA AMBIENTAL DA UNIÃO E DOS ESTADOS**

1.	Direito estrangeiro .....	104
1.1	Espanha .....	104
1.2	Bélgica .....	105

2. Direito brasileiro e Comparado	
2.1 Introdução .....	106
2.2 Uma nova concepção de federalismo .....	106
2.3 A norma geral como limite da legislação federal ambiental .....	107
2.4 Competência suplementar dos Estados em matéria ambiental .....	108
2.5 A competência ambiental comum na Constituição Federal de 1988	
2.5.1 A implementação da legislação ambiental .....	109
2.5.2 Inconstitucionalidade de alguns artigos da Resolução 237/97-CONAMA .....	110
2.6 Estabelecimento de normas de cooperação institucional .....	112
2.7 MERCOSUL e cooperação ambiental .....	115

## Capítulo II – CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE

1. Introdução .....	117
2. Afirmação de um direito ao meio ambiente	
2.1 Direito subjetivo e direito de titularidade coletiva .....	118
2.2 O Supremo Tribunal Federal e o conceito do direito ao meio ambiente .....	120
2.3 Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado .....	121
2.4 Direito ao meio ambiente como bem de uso comum do povo .....	121
2.5 Direito ao meio ambiente como bem essencial à sadia qualidade de vida .....	122
3. O Poder Público, a coletividade e a responsabilidade ambiental entre gerações	
3.1 O Poder Público, a coletividade e o meio ambiente .....	123
3.2 As presentes e futuras gerações – A responsabilidade ambiental entre gerações .....	125
4. Direito à ação judicial: ação popular ambiental e ação civil pública ambiental .....	126
4.1 A ação popular ambiental na Constituição .....	126
4.2 A ação civil pública ambiental na Constituição e o Ministério Público .....	129
5. As espécies, os ecossistemas e o patrimônio genético	
5.1 Do dever do Poder Público de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas .....	130

5.2 Do dever do Poder Público de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético .....	131
6. O risco ambiental .....	132
7. Interdição das práticas que submetam os animais a crueldade e interpretação da expressão “na forma da lei” .....	133
8. A valorização da prevenção através do Estudo Prévio de Impacto Ambiental-EPIA .....	135
8.1 Caráter prévio do Estudo de Impacto Ambiental-EIA .....	135
8.2 O Estudo deve ser exigido “sem qualquer exceção” .....	136
8.3 O EPIA e o direito à informação .....	137
9. As áreas protegidas	
9.1 A alteração e a supressão dos espaços protegidos somente através de lei .....	137
9.2 Proibição de qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam a proteção dos espaços territoriais .....	140
9.3 Áreas protegidas e patrimônio nacional .....	141
10. O controle da energia nuclear .....	141
11. A obrigação de reparar o dano ambiental .....	142
12. O direito à educação ambiental .....	143
13. O desenvolvimento e o meio ambiente	
13.1 Os princípios da atividade econômica brasileira .....	144
13.2 Desenvolvimento ambiental e desenvolvimento sustentado .....	145
13.3 A função social da propriedade e o meio ambiente .....	146

---

### ***TÍTULO III – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE***

---

#### **Capítulo I – INTRODUÇÃO**

1. Nomenclatura da disciplina jurídica .....	148
2. Conceito de Direito Ambiental .....	149
3. Conceito de meio ambiente na legislação	
3.1 Legislação federal .....	152
3.2 Legislação dos Estados .....	152

## Capítulo II – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1.	A colegialidade nos órgãos ambientais .....	154
2.	Competência dos organismos colegiados ambientais brasileiros	
2.1	Conselho de Governo	
2.1.1	Competência e composição do Conselho de Governo .....	155
2.1.2	Câmara de Políticas dos Recursos Naturais .....	155
2.2	Os Conselhos ambientais no Ministério do Meio Ambiente .....	156
2.2.1	Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA .....	157
2.2.2	Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente .....	159
2.2.3	Conselho Nacional da Amazônia Legal .....	160
2.2.4	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético .....	161
2.3	Conselhos ambientais nos Estados	
2.3.1	Constituições dos Estados .....	161
2.3.2	Legislação dos Estados .....	163
3.	Composição dos organismos colegiados ambientais brasileiros	
3.1	Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA .....	164
3.2	Organismos estaduais	
3.2.1	Constituições dos Estados .....	165
3.2.2	Legislação dos Estados .....	166
4.	O meio ambiente na Administração Federal	
4.1	Ministério do Meio Ambiente	
4.1.1	Competência do Ministério .....	167
4.1.2	Órgãos do Ministério do Meio Ambiente .....	167
4.2	A transversalidade do tema “meio ambiente” nos Ministérios .....	168
4.3	O quadro funcional da Administração ambiental .....	169
4.4	IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	
4.4.1	Finalidade e estrutura do IBAMA .....	172
4.4.2	O IBAMA e a instituição de licenças: a atividade petrolífera ...	172
4.5	Serviço Florestal Brasileiro-SFB	
4.5.1	O SFB: um órgão gestor das florestas públicas federais .....	174
4.5.2	O SFB não se ocupa das florestas privadas .....	174
4.5.3	O contrato de gestão e de desempenho e a autonomia do SFB .....	175
4.5.4	Do exercício da fiscalização pelo SFB e pelo IBAMA .....	175
4.6	O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade .....	176

## **TÍTULO IV – INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

### **Capítulo I – NOVOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

1.	Ação administrativa no tempo .....	177
2.	Direito à publicidade ambiental	
2.1	Objetivos .....	178
2.2	Experiência estrangeira .....	180
2.3	Experiência brasileira .....	181
3.	Direito à informação ambiental .....	184
4.	Fase conciliatória .....	186

### **Capítulo II – ZONEAMENTO AMBIENTAL**

1.	Zoneamento e desenvolvimento planejado .....	188
2.	Zoneamento ambiental e segurança nacional .....	190
3.	Zoneamento ambiental na experiência estrangeira .....	191
4.	Zoneamento, urbanismo e poluição .....	192
5.	Elaboração do zoneamento: participação do público	
5.1	Experiência estrangeira .....	193
5.2	Experiência brasileira .....	196
6.	Elaboração do zoneamento municipal .....	197
7.	Zoneamento ambiental, direito adquirido, revogação e anulação .....	197
8.	Zoneamento ambiental e direito de propriedade .....	201

### **Capítulo III – ZONEAMENTO INDUSTRIAL NAS ÁREAS CRÍTICAS DE POLUIÇÃO**

1.	Introdução .....	204
2.	Proposta da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente: Estudo de Impacto .....	205
3.	Campo de incidência das disposições legais .....	206
4.	Esquema de zoneamento urbano e sua criação por lei .....	206
5.	O Município e as regiões metropolitanas .....	207
6.	Os Estados e o zoneamento industrial .....	208

7. A União e a implantação de zonas industriais .....	209
8. Critérios para estabelecer os padrões ambientais .....	210
9. As zonas instituídas pela lei	
9.1 A implantação da zona e a vigência da lei .....	211
9.2 Características das zonas industriais	
9.2.1 Zona de uso estritamente industrial .....	212
9.2.2 Zona de uso predominantemente industrial .....	213
9.2.3 Zona de uso diversificado .....	214
9.2.4 Zona de reserva ambiental .....	214
10. Relocalização de indústrias poluidoras .....	214

## Capítulo IV – ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL

1. Previsão na Constituição Federal .....	216
2. Previsão nas Constituições Estaduais .....	216
3. Previsão em convenções e declarações internacionais	
3.1 Convenção de Espoo .....	217
3.2 Declaração do Rio de Janeiro/92 .....	218
4. Planejamento público – Redação dos atos administrativos federais e Estudo de Impacto Ambiental .....	219
5. Financiamento de obras ou atividades e EPIA .....	220
6. Função e natureza jurídica do EPIA .....	221
7. Competência do CONAMA para estabelecer normas gerais sobre o Estudo de Impacto Ambiental .....	222
8. Competência dos Estados e Municípios e Estudo de Impacto Ambiental .....	223
9. Abrangência do Estudo de Impacto Ambiental	
9.1 Relação de atividades no Direito brasileiro e no Direito Comparado .....	223
9.2 Obrigatoriedade da exigência do Estudo de Impacto Ambiental nos casos especificados na legislação brasileira .....	226
9.3 A avaliação estratégica ambiental: abrangência dos planos e dos programas .....	228
10. Conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental	
10.1 Estudo de Impacto Ambiental-EPIA e Relatório de Impacto Ambiental-RIMA .....	228
10.2 Área de influência do projeto .....	229
10.3 Planos e programas governamentais – Zoneamento ambiental ....	230
10.4 Alternativas .....	231
10.5 Descrição inicial do local .....	233
10.6 Identificação e avaliação dos impactos ambientais do projeto ....	234

10.7	Medidas para corrigir os impactos ambientais desfavoráveis .....	235
10.8	Impactos desfavoráveis e previsão no orçamento .....	236
10.9	Medidas compensatórias .....	237
10.10	Medidas preventivas de riscos maiores e catástrofes .....	239
10.11	Distribuição dos ônus e benefícios sociais do projeto .....	240
10.12	Análise do desenvolvimento sustentado .....	241
10.13	Análise jurídica do projeto .....	242
11.	O proponente do projeto ou empreendedor .....	243
12.	Os consultores do estudo e a responsabilidade civil e penal do empreendedor .....	244
13.	Participação do público .....	248
13.1	Pedido do proponente do projeto e comunicação pela imprensa ...	250
13.2	Acesso ao EPIA/RIMA e sigilo	
13.2.1	Sigilo .....	251
13.2.2	Acesso ao EPIA/RIMA .....	252
13.2.3	Acesso ao EPIA/RIMA integral .....	253
13.3	Fase de comentários	
13.3.1	Conceito – Quem pode comentar – Reabertura da fase de comentários .....	253
13.3.2	Comunicação da abertura da fase de comentários .....	254
13.3.3	Duração da fase de comentários .....	255
13.4	Audiência Pública	
13.4.1	Introdução .....	256
13.4.2	Finalidade da Audiência Pública .....	257
13.4.3	Convocação da Audiência Pública .....	257
13.4.4	Edital de recebimento do EPIA/RIMA .....	258
13.4.5	Designação da Audiência Pública – Data e local .....	258
13.4.6	Direção e procedimento da audiência .....	259
13.4.7	Ata da audiência e juntada de documentação .....	261
13.4.8	A decisão do órgão licenciador e a Audiência Pública ...	261
13.4.9	Legislação comparada .....	262
14.	O órgão público ambiental e o EPIA	
14.1	Relação do órgão público com o proponente do projeto .....	263
14.2	Relação do órgão público ambiental com os técnicos habilitados .....	263
14.3	Relação do órgão público ambiental com o público .....	264
14.4	Licença Prévia e EPIA .....	264
14.5	O órgão público ambiental e os outros órgãos públicos no procedimento do EPIA .....	265
14.6	A decisão do órgão público ambiental .....	265



14.7	Responsabilidade criminal dos servidores públicos e EPIA .....	266
14.8	Indispensabilidade do EPIA e procedimentos preliminares .....	267
14.9	Dos prazos para os órgãos públicos ambientais .....	269
15.	Monitoramento e programa de acompanhamento .....	270
16.	As licitações e o EPIA .....	271

## Capítulo V – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1.	Utilização dos termos “licença” e “autorização” .....	273
2.	Licenciamento ambiental e competência constitucional .....	274
3.	A instituição do licenciamento ambiental .....	275
4.	O licenciamento ambiental e o IBAMA	
4.1	Quadro do licenciamento obrigatório pelo IBAMA .....	276
4.2	Licenciamento ambiental supletivo pelo IBAMA .....	277
4.3	Licenciamento ambiental pelo IBAMA e interesse nacional e regional .....	277
5.	Licenciamento ambiental estadual e legislação federal .....	278
6.	Licenciamento ambiental e zoneamento ambiental .....	279
7.	Licenciamento ambiental e padrões de qualidade .....	279
8.	Licenciamento ambiental e normas de emissão .....	280
9.	Licenciamento ambiental: prazo de validade, decadência e revogação ....	280
10.	Licenciamento ambiental e financiamento por instituições oficiais .....	282
11.	Tipos de licenciamento ambiental .....	282
12.	Licenciamento ambiental e controle da poluição. Tecnologia apropriada .....	284
13.	Licenciamento ambiental e unidade do licenciamento .....	285
14.	Licenciamento ambiental e crime – Descumprimento das normas legais e regulamentares .....	285
15.	Dos funcionários públicos e dos crimes contra a Administração ambiental .....	287
16.	Do crime de deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental .....	289
17.	Do crime de impedir ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público .....	290
18.	O licenciamento ambiental e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais .....	291
19.	O licenciamento ambiental de petróleo, gás natural e amianto	
19.1	Extração, industrialização, exploração e produção de petróleo e de gás natural – Agência Nacional de Petróleo-ANP .....	291

19.2	Extração, industrialização, comércio e transporte de asbesto/ amianto .....	294
20.	Licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários	
20.1	O sentido das etapas de eficiência no tratamento de esgotos .....	296
20.2	Da capacidade de pagamento dos usuários .....	297
20.3	Do procedimento simplificado de licenciamento .....	297

## Capítulo VI – AUDITORIA AMBIENTAL

1.	Nomenclatura .....	299
2.	Conceito de auditoria ambiental .....	299
3.	A auditoria ambiental e o desenvolvimento sustentável .....	301
4.	Abrangência da auditoria .....	302
5.	Conteúdo da auditoria ambiental	
5.1	Direito brasileiro .....	302
5.2	Direito Comparado .....	304
6.	Estudo de Impacto Ambiental-EIA e auditoria ambiental .....	305
7.	Licenciamento e auditoria ambiental .....	306
8.	Monitoramento e auditoria ambiental .....	306
9.	Inspeção e auditoria ambiental .....	307
10.	O órgão público ambiental e a auditoria .....	307
11.	Auditor ambiental	
11.1	Conceito de auditor .....	308
11.2	Capacitação do auditor .....	308
11.3	A independência dos auditores	
11.3.1	A independência dos auditores na auditoria ambiental pública .....	308
11.3.2	Das auditorias ambientais independentes e a Lei 9.966, de 28.4.2000 .....	309
11.3.3	A independência dos auditores na auditoria ambiental privada .....	309
11.4	Responsabilidade dos auditores .....	310
12.	Periodicidade da auditoria ambiental .....	311
13.	Documentação da auditoria ambiental .....	311
14.	Publicidade e/ou confidencialidade da auditoria ambiental .....	312
15.	A auditoria ambiental e as organizações não-governamentais .....	313
16.	Ação civil pública e auditoria ambiental .....	313
17.	Auditoria florestal .....	314
18.	Auditoria cívica .....	314

## Capítulo VII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS

1. Introdução .....	316
2. Multa	
2.1 Introdução .....	318
2.2 O dolo e a negligência na multa simples .....	319
2.3 As multas e a reparação do dano .....	320
3. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e/ou perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito .....	321
4. Suspensão das atividades .....	321
4.1 Suspensão de atividades licenciadas .....	321
4.2 Suspensão de atividades não autorizadas .....	322
5. Redução das atividades .....	322
6. Sanções administrativas ambientais em nível federal .....	323
6.1 Apreensão .....	323
6.2 Apresamento de embarcação .....	325
6.3 Cassação de matrícula .....	325
6.4 Caducidade de autorização de pesquisa .....	325
6.5 Caducidade da concessão de lavra .....	326
6.6 Cancelamento do registro .....	326
6.7 Demolição de obra .....	326
6.8 Embargo .....	327
6.9 Interdição .....	327
6.10 Multa .....	328
7. Poder de polícia ambiental	
7.1 Conceito .....	328
7.2 Quem pode exercer o poder de polícia ambiental .....	329
7.3 Contra quem pode ser exercido o poder de polícia ambiental ....	330

## Capítulo VIII – FINANCIAMENTO – MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Financiamento e meio ambiente .....	332
2. Conselho Monetário Nacional .....	332
3. Banco Central do Brasil .....	333
4. As instituições financeiras públicas federais e o licenciamento ambiental .....	334
5. As instituições financeiras públicas federais e as normas do CONAMA .....	336
6. Co-responsabilidades das instituições financeiras pelos danos ambientais .....	337

7. As instituições financiadoras e a prevenção do dano ambiental ..... 338  
 8. A ação civil pública e o controle judicial dos financiamentos ..... 339

**TÍTULO V – RESPONSABILIDADE CIVIL,  
 REPARAÇÃO DO DANO ECOLÓGICO E MEIOS PROCESSUAIS  
 PARA A DEFESA AMBIENTAL**

**Capítulo I – RESPONSABILIDADE CIVIL E REPARAÇÃO  
 DO DANO ECOLÓGICO**

1. Histórico da utilização do termo “responsável” ..... 341  
 2. Conceito de dano ecológico  
   2.1 Direito Comparado  
     2.1.1 Conceito de dano ecológico na Convenção de Lugano  
       (Conselho da Europa) ..... 343  
     2.1.2 Alemanha ..... 343  
     2.1.3 Itália ..... 344  
     2.1.4 Grécia ..... 345  
   2.2 Direito brasileiro ..... 345  
 3. Responsabilidade objetiva  
   3.1 Direito brasileiro ..... 345  
   3.2 Direito Comparado ..... 348  
 4. Responsabilidade de prevenir ..... 350  
 5. Dano residual, licença e co-responsabilidade do órgão público  
 ambiental ..... 352  
 6. Relação de causalidade ..... 354  
 7. Obrigação de restauração, reparação e recuperação do meio ambiente .... 358  
 8. Prevenir e restaurar: obrigações não antagônicas ..... 361  
 9. Responsabilidade civil e licenciamento ambiental ..... 362  
 10. Responsabilidade civil e caso fortuito e força maior ..... 363  
 11. Reparação do dano ecológico e seguro ..... 366  
 12. Fundo para a reparação do dano ecológico ..... 367

**Capítulo II – MEIOS PROCESSUAIS PARA A DEFESA AMBIENTAL ..... 369**

1. Ação popular ..... 370  
 2. A participação do Ministério Público: inquérito civil, as recomendações  
 do Ministério Público e o compromisso de ajustamento de conduta

2.1	O inquérito civil .....	371
2.2	As recomendações do Ministério Público .....	373
2.3	O compromisso de ajustamento da conduta .....	374
3.	Ação civil pública .....	376
3.1	Conceito e objetivos .....	377
3.2	Autores da ação civil pública .....	378
3.3	O Ministério Público na ação civil pública .....	378
3.4	Condenação em dinheiro e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos .....	380

## ***TÍTULO VI – MUNICÍPIO – URBANISMO E MEIO AMBIENTE***

### **Capítulo I – MUNICÍPIO E MEIO AMBIENTE – ASPECTOS JURÍDICOS**

1.	A União e o Município .....	381
2.	Repartição das competências .....	383
3.	Interesse local do Município e sistema de competências .....	384
4.	O Poder Judiciário e a repartição de competências .....	386
5.	Plebiscito, referendo e iniciativa popular e atuação dos munícipes no meio ambiente .....	387
6.	O Município e a aplicação das legislações federal e estadual ambiental .....	388
7.	A ordem urbanística .....	388
8.	Procedimentos administrativos e intervenção do Município	
8.1	Plano diretor e Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)	
8.1.1	Conceito do plano diretor e sua influência .....	389
8.1.2	Plano diretor municipal, e não plano diretor urbanístico ...	390
8.1.3	Conteúdo mínimo do plano diretor .....	390
8.1.4	Diretrizes ambientais, plano diretor e plano da bacia hidrográfica .....	391
8.1.5	Obrigatoriedade do plano diretor .....	392
8.2	Declaração de Impacto Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental – Procedimentos de prevenção do dano ambiental	
8.2.1	Declaração de Impacto Ambiental .....	393
8.2.2	Estudo Prévio de Impacto Ambiental .....	394
8.3	Autorização ambiental municipal: publicidade e auditoria	
8.3.1	Autorização e licença .....	395
8.3.2	Publicidade e auditoria .....	395

8.3.3	Competência estadual ambiental e invasão da competência municipal .....	396
8.3.4	Invasão da competência estadual ambiental pelo Município..	398
8.4	Sanção municipal ambiental .....	399
9.	Município e aspectos setoriais do meio ambiente	
9.1	Águas .....	399
9.2	Agrotóxicos .....	401
9.3	Áreas verdes e praças .....	402
9.4	Atmosfera .....	403
9.5	Cultura – Proteção de bens e valores culturais através do tombamento .....	403
9.6	Fauna e zoológicos municipais .....	403
9.7	Flora .....	405
9.8	Atividades nucleares .....	406
9.9	Rejeitos .....	407
9.10	Ruído .....	408
9.11	Tráfego .....	409
10.	Município e defesa do meio ambiente em juízo .....	410

## Capítulo II – PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

1.	Exigências urbanísticas obrigatórias para toda a Nação .....	411
2.	A autonomia municipal e as normas urbanísticas federais .....	412
3.	Conceito de loteamento e de desmembramento .....	414
4.	Exigências fundamentais para a admissão do parcelamento .....	415
5.	A intervenção dos organismos estaduais encarregados da preservação do meio ambiente e a aprovação dos loteamentos .....	417
6.	Novos requisitos urbanísticos para o loteamento: a melhoria da qualidade de vida .....	419
7.	Fixação das diretrizes pelas Prefeituras Municipais ou pelo Distrito Federal .....	424
8.	Execução de obras pelo loteador – Intervenção do Ministério Público e ação da Prefeitura Municipal .....	425
9.	Publicidade do procedimento .....	426
10.	Impugnação e ação judicial contra a aprovação e o registro do loteamento .....	427

## Capítulo III – PROTEÇÃO DAS PRAÇAS E DOS ESPAÇOS LIVRES

1.	Conceito e função das praças .....	429
2.	Defesa da saúde – Uma das funções da praça e dos espaços livres .....	430
3.	A praça – Bem de uso comum do povo .....	430

4. As praças e a legislação de parcelamento do solo urbano .....	432
5. A praça e sua destinação .....	433
6. Prevalência do interesse “uso comum do povo” sobre outros interesses ...	436
7. Ministério Público, associações ambientais e cidadãos na defesa judicial das praças .....	438
8. O Poder Judiciário e a defesa das praças e dos espaços livres .....	439

## *TÍTULO VII – RECURSOS HÍDRICOS*

### Capítulo Único – RECURSOS HÍDRICOS – LEI 9.433/97

1. Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos .....	441
1.1 Água como bem de domínio público .....	442
1.1.1 A água é “bem de uso comum do povo” .....	442
1.1.2 A água não é bem dominical do Poder Público .....	444
1.1.3 A abrangência da dominialidade pública das águas, Código Civil e Código das Águas. A questão da indenização .....	444
1.1.4 Águas pluviais, dominialidade pública e Código das Águas...	447
1.2 A água como um bem de valor econômico .....	448
1.3 Uso prioritário e uso múltiplo das águas	
1.3.1 Uso prioritário .....	449
1.3.2 Uso múltiplo das águas .....	450
1.4 A bacia hidrográfica – A implementação da Política de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos .....	451
1.5 Gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos .....	453
2. Dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos	
2.1 As águas e o desenvolvimento sustentável .....	455
2.2 Prevenção das enchentes .....	456
3. Das diretrizes gerais de ação .....	456
4. Dos Planos de Recursos Hídricos	
4.1 Conceito, prazo de vigência e órgãos competentes .....	458
4.2 Abrangência: Plano de bacia hidrográfica, dos Estados e do País ....	458
4.3 Conteúdo .....	460
4.4 Plano de Recursos Hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos .....	462
4.5 Plano de Recursos Hídricos e cobrança do uso de recursos hídricos .....	462

4.6	Plano de Recursos Hídricos e plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos .....	462
4.7	Plano de Recursos Hídricos e licenciamento ambiental .....	463
4.8	Plano de Recursos Hídricos, publicidade e Audiência Pública .....	464
4.9	Plano de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Irrigação .....	464
4.10	Plano de Recursos Hídricos, planejamento e zoneamento ambiental .....	465
5.	Enquadramento dos corpos de água e competência para classificação das águas .....	465
6.	Outorga de direitos de uso de recursos hídricos	
6.1	Conceito .....	467
6.2	Abrangência da outorga de uso das águas .....	469
6.3	Outorga e reserva hídrica	
6.3.1	Reserva hídrica para salvaguarda ambiental .....	470
6.3.2	Outorga preventiva para declaração de disponibilidade de água .....	471
6.3.3	Declaração de reserva de disponibilidade hídrica para uso do potencial de energia hidráulica .....	472
6.4	Outorga dos direitos de uso da água e Estudo Prévio de Impacto Ambiental .....	473
6.5	Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e licenciamento ambiental .....	474
6.6	Vinculação, discricionariedade e ônus da prova do requerente .....	474
6.7	Publicidade do procedimento de outorga e direito à informação .....	475
6.8	Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e dever de fiscalizar .....	476
6.9	Condições constantes da outorga dos direitos de uso das águas e cobrança do uso .....	476
6.10	Suspensão da outorga dos direitos de uso de recursos hídricos .....	477
6.11	Outorga do direito de uso das águas e aproveitamento dos potenciais hidrelétricos .....	478
6.12	Outorga de direitos de uso das águas e lançamento de esgotos ..	480
6.13	Não exigibilidade da outorga dos direitos de uso das águas .....	480
6.14	Infrações relativas à outorga .....	481
6.15	Sistema integrado de outorgas .....	482
6.16	Delegação da outorga .....	482
7.	Cobrança do uso de recursos hídricos	
7.1	Finalidade .....	483
7.2	Cobrança pelo uso de recursos hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos .....	484
7.3	Cobrança pelo uso de recursos hídricos pelas concessionárias de energia elétrica .....	485



7.4	Fixação dos valores a serem cobrados .....	486
7.5	As receitas da cobrança nos rios de domínio da União e a Conta Única do Tesouro Nacional .....	487
7.6	Aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos	
7.6.1	Aplicação prioritária na bacia hidrográfica .....	488
7.6.2	Critérios de utilização dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos	
7.6.2.1	Financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos ...	489
7.6.2.2	Objeto do financiamento .....	489
7.6.2.3	Os órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o limite das despesas de implantação e de custeio administrativo .....	490
7.7	Cobrança pelo uso de recursos hídricos e existência de Plano de Recursos Hídricos .....	490
7.8	Natureza jurídica dos valores arrecadados pelo uso dos recursos hídricos .....	491
8.	Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos .....	492
9.	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos .....	493
10.	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	
10.1	Composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....	495
10.2	Competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....	496
11.	A Agência Nacional de Águas-ANA	
11.1	Introdução .....	500
11.2	Competência da ANA .....	501
11.3	A ANA e o contrato de gestão	
11.3.1	A ANA e a descentralização .....	503
11.3.2	O contrato de gestão	
11.3.2.1	O Plano de Recursos Hídricos e o contrato de gestão .....	504
11.3.2.2	As despesas com pessoal .....	505
11.4	A aplicação das receitas pela entidade delegatária .....	505
11.5	Transferência das receitas de cobrança para as entidades delegatárias .....	506
11.6	A avaliação das entidades delegatárias .....	507
11.7	Responsabilização no caso de malversação das receitas e dos bens .....	507
12.	Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos .....	509
13.	Comitês de Bacia Hidrográfica .....	510

13.1	Diferentes tipos de Comitês .....	510
13.2	Área de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica .....	512
13.3	Instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União .....	512
13.4	Composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica	
13.4.1	Introdução .....	513
13.4.2	Os usuários nos Comitês de Bacias Hidrográficas .....	515
13.4.3	Das entidades civis nos Comitês de Bacias Hidrográficas .....	516
13.5	Competência dos Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União .....	517
13.6	Autonomia dos Comitês de Bacia Hidrográfica e intervenção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....	520
13.7	Os Comitês de Bacia Hidrográfica e as entidades delegatárias	
13.7.1	Os Comitês de Bacia Hidrográfica e o contrato de gestão .....	520
13.7.2	Os Comitês e a informação enviada pelas entidades delegatárias e pela Comissão de Avaliação .....	521
13.7.3	Os Comitês de Bacia Hidrográfica e sua secretaria-executiva .....	521
14.	As Agências de Água	
14.1	Introdução .....	522
14.2	Agências de Água, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e autonomia dos Estados .....	523
14.3	Agências de Água e o planejamento .....	523
14.4	Agências de Água e a informação .....	523
14.5	Agências de Água e atividade financeira .....	524
14.6	Controle da atividade financeira das Agências de Água .....	525
14.7	A substituição das Agências de Água	
14.7.1	Introdução .....	525
14.7.2	As Agências de Água	
14.7.2.1	Relação das Agências de Água com os Comitês de Bacia Hidrográfica .....	526
14.7.2.2	Criação das Agências de Água .....	526
14.7.2.3	A delegação das funções das Agências de Água .....	526
14.7.3	As entidades delegatárias das Agências de Água .....	528
15.	Organizações civis de recursos hídricos .....	528
15.1	As organizações civis de recursos hídricos não devem ter fins lucrativos .....	530

---

**TÍTULO VIII – ASPECTOS JURÍDICOS DA POLUIÇÃO**


---

**Capítulo I – CONCEITO DE POLUIÇÃO**

- |                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| 1. Legislação federal .....     | 531 |
| 2. Legislação dos Estados ..... | 532 |

**Capítulo II – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA – ASPECTOS PENAIS**

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Legislação estrangeira .....  | 534 |
| 2. Legislação brasileira: comentários ao art. 38 da Lei das Contravenções Penais |     |
| 2.1 Provocar emissão .....   | 536 |
| 2.2 Emissão abusiva .....  | 536 |
| 2.3 “Fumaça, vapor ou gás” .....   | 537 |

**Capítulo III – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA  
– ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E CIVIS**

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Experiência estrangeira .....   | 540 |
| 1.1 Estados Unidos .....   | 540 |
| 1.2 Alemanha .....   | 542 |
| 1.3 Japão .....  | 543 |
| 1.4 França .....   | 544 |
| 2. Legislação brasileira e fixação de padrões .....  | 545 |
| 3. Lei 8.723, de 24.10.1993, dispondo sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores |     |
| 3.1 Destinatários da lei .....   | 548 |
| 3.2 Abrangência .....  | 548 |
| 3.3 Cronograma de implementação para os fabricantes de veículos ....                                   | 548 |
| 3.4 Licença para uso da configuração de veículos ou motor .....  | 549 |
| 3.5 A obrigação dos órgãos responsáveis pelos combustíveis e o cronograma de implementação             |     |
| 3.5.1 A obrigação dos órgãos responsáveis pelos combustíveis ....                                      | 550 |
| 3.5.2 Cronograma de implementação .....  | 551 |
| 3.6 Serviços de diagnóstico, regulagem de motores e sistemas de controle de emissões .....             | 552 |
| 3.7 Monitoramento da qualidade do ar .....   | 552 |

4. Proteção da camada de ozônio .....	553
5. Aquecimento global: Convenção do Clima e Protocolo de Kioto .....	555
6. Poluição do ar pela queimada da palha de cana-de-açúcar .....	556
7. Poluição pela fumaça do tabaco .....	559

#### Capítulo IV – POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS

1. Conceito de resíduo sólido .....	561
2. Normas administrativas gerais sobre coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos .....	562
3. Formas de destino final dos resíduos sólidos .....	562
3.1 Depósito a céu aberto .....	562
3.2 Depósito em aterro sanitário	
3.2.1 Conceito .....	563
3.2.2 Escolha do local .....	564
3.3 Incineração .....	565
3.4 Transformação do resíduo sólido em composto .....	565
3.5 Reciclagem e recuperação de energia .....	565
3.6 As baterias e as pilhas. A Resolução CONAMA 257/99 .....	566
3.7 Proibição de importação de pneu usado .....	567
4. Atuação da União, dos Estados e dos Municípios e o planejamento	
4.1 Atuação da União, dos Estados e dos Municípios .....	567
4.2 Plano de saneamento básico de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos .....	568
5. Da prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico .....	569
6. Dos aspectos econômicos e sociais .....	570
7. Punição dos atos poluidores por lançamento e destinação inadequada dos resíduos sólidos	
7.1 Punição administrativa .....	571
7.2 Punição penal .....	571

#### Capítulo V – POLUIÇÃO POR REJEITOS PERIGOSOS

1. Conceito de rejeito perigoso .....	574
2. Tratamento do rejeito no lugar em que ele foi gerado .....	576
3. O registro como forma de gestão e controle dos rejeitos perigosos – Tutela penal e administrativa .....	577
4. O manifesto como forma de controle dos rejeitos perigosos .....	579
5. Zoneamento e condições dos locais aptos para a eliminação dos rejeitos perigosos .....	579
6. Sistema de autorização concernente a rejeitos perigosos – Revogação da autorização e intervenção judicial .....	580

7. Responsabilidade pelos danos ambientais e rejeitos perigosos .....	583
8. Movimento transfronteiriço de rejeitos perigosos e Direito Internacional e Comparado .....	584
9. Movimento transfronteiriço de rejeitos e o Direito brasileiro .....	588
9.1 Tipos de resíduos .....	589
9.2 Proibição ou autorização de importação de resíduos	
9.2.1 Importação de resíduos perigosos .....	589
9.2.2 Importação de resíduos “não-inertes” .....	590
9.3 Infrações e resíduos .....	591

## Capítulo VI – POLUIÇÃO POR AGROTÓXICOS

1. Agrotóxicos – Constituição Federal e Constituições Estaduais .....	593
2. Conceito de agrotóxicos, seus componentes e afins .....	594
3. Das competências administrativas	
3.1 Competências dos Ministérios .....	595
3.2 Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos .....	597
4. Registro de agrotóxicos	
4.1 Conceito .....	598
4.2 Competência para registrar o agrotóxico .....	598
4.3 Avaliação técnico-científica e registro .....	599
4.4 Publicidade prévia do pedido de registro .....	600
4.5 Direito à informação e procedimento de registro .....	601
4.6 Autorização para uso emergencial e necessidade de registro .....	602
4.7 Pedido de registro e ônus da prova do registrante .....	603
4.8 Condições para registro de agrotóxicos novos e com inovações ....	604
4.9 Registro de produto equivalente .....	606
4.10 Proibições de registro e informações e provas a serem apresentadas pelo registrante .....	607
4.11 Reavaliação do registro de agrotóxicos que têm como componentes os organoclorados .....	609
4.12 Reavaliação do registro. Auditoria ambiental e a legislação estadual de agrotóxicos .....	609
4.13 Organismos internacionais e registro .....	610
4.14 Registro. Embalagem e rótulo .....	611
4.15 Prazos de tramitação do procedimento de registro e inexistência de registro por decurso do prazo .....	611
4.16 Decisão da Administração Pública no procedimento de registro e responsabilidade do servidor público .....	613
4.17 Análise do produto após o registro .....	614
4.18 Impugnação do registro	
4.18.1 Legitimidade para impugnar administrativamente .....	614

4.18.2	Conteúdo da impugnação: descumprimento de requisitos formais do procedimento .....	615
4.18.3	Arguição sobre o mérito do pedido de registro .....	615
4.19	Infração administrativa pela ausência de registro .....	616
4.20	Ações judiciais e registro de agrotóxico .....	616
5.	Registro especial para pesquisa e experimentação .....	
5.1	Conceito .....	617
5.2	Quem pode requerer registro especial .....	617
5.3	Responsabilidade da pesquisa e da experimentação .....	617
5.4	Órgãos competentes para conceder o registro especial .....	618
5.5	Os Estados e o registro especial .....	618
5.6	Destinação dos produtos agrícolas e dos restos de cultura – Responsabilidade civil e penal .....	618
5.7	Estudo de Impacto Ambiental e localização de área para destinação final dos produtos agrícolas e restos de cultura .....	619
5.8	Controle da Administração sobre a pesquisa e experimentação com agrotóxicos .....	620
6.	Produção de agrotóxicos .....	
6.1	Registro da empresa – Autorização .....	620
6.2	Competência para fiscalização .....	620
7.	Importação de agrotóxicos .....	
7.1	Registro do agrotóxico .....	621
7.2	Registro da empresa .....	622
7.3	Restrições à importação e Constituições Estaduais .....	622
7.4	MERCOSUL e livre circulação de substâncias ativas e/ou suas formulações de produtos fitossanitários .....	622
8.	Exportação .....	623
9.	Comercialização de agrotóxicos .....	
9.1	Conceito .....	624
9.2	Comercialização e obrigação da receita do produto .....	624
9.3	Exceção à necessidade de receita .....	624
9.4	Venda de agrotóxico a usuário – Necessidade de receita .....	625
9.5	Registro da empresa de comercialização – Sanções .....	626
9.6	Obrigação de conservar cópia da receita .....	626
9.7	Venda de agrotóxico e receituário .....	627
10.	Transporte de agrotóxicos .....	
10.1	Agrotóxico: produto perigoso para transporte .....	627
10.2	Transporte de agrotóxico em embalagem apropriada .....	627
10.3	Proibições de transporte rodoviário – Responsabilidade pela carga .....	628
10.4	Receita e transporte de agrotóxico .....	629

10.5	Itinerário do veículo transportador de agrotóxico .....	629
10.6	Procedimentos em caso de emergência, acidente ou avaria – Responsabilidade civil .....	630
10.7	Responsabilidade penal e transporte de agrotóxico .....	630
11.	Usuário de agrotóxicos	
11.1	Introdução .....	631
11.2	Responsabilidade civil do usuário de agrotóxico .....	631
11.3	Responsabilidade penal do usuário de agrotóxico .....	633
12.	Prestador de serviço na aplicação de agrotóxico	
12.1	Conceito .....	633
12.2	Registro do prestador de serviço .....	634
12.3	Obrigação de autocontrole na prestação de serviços .....	634
12.4	Responsabilidade civil do prestador de serviço .....	635
12.5	Responsabilidade penal do prestador de serviço .....	635
13.	Empregador	
13.1	Das obrigações específicas do empregador .....	636
13.2	Responsabilidade penal do empregador .....	636
14.	Análise global da responsabilidade civil na Lei de Agrotóxicos .....	637
15.	Armazenagem de agrotóxicos .....	638
16.	Embalagens de agrotóxicos: deveres do usuário, das empresas produtoras e comercializadoras .....	639
16.1	Do usuário de agrotóxicos, seus componentes e afins .....	639
16.2	As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins .....	640
16.2.1	Da diferença do conceito de empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos e do conceito de comerciante .....	640
16.2.2	A extensão da responsabilidade do produtor do agrotóxico, seus componentes e afins .....	641
16.3	Da destinação das embalagens .....	642
17.	Receituário de agrotóxicos	
17.1	Conteúdo da receita – Legislação federal e estadual .....	642
17.2	Especificidade da receita e diagnóstico .....	643
17.3	Conteúdo da receita e manejo integrado de pragas .....	644
17.4	Conteúdo da receita: quantidade total de agrotóxico e dosagens de aplicação .....	644
17.5	Conteúdo da receita: intervalo de segurança .....	645
17.6	Advertência quanto às precauções de uso, primeiros socorros e proteção ao meio ambiente .....	646
17.7	Receita – Armazenamento de agrotóxico e época de aplicação ..	646
17.8	Caráter público da receita .....	647

17.9	Responsabilidade civil do profissional.....	647
17.10	Responsabilidade penal do profissional .....	648

## Capítulo VII – POLUIÇÃO SONORA

1.	Conceito de ruído .....	651
2.	Poluição sonora e avaliação fisiológica .....	652
3.	Efeitos do ruído .....	652
4.	Normas de emissão e de imissão do som	
4.1	Direito Comparado .....	653
4.2	A Resolução 1/90-CONAMA .....	655
5.	Planejamento ambiental e zoneamento ambiental	
5.1	Direito alemão .....	656
5.2	Direito norte-americano .....	657
5.3	Direito japonês .....	658
5.4	Direito brasileiro .....	658
6.	Estudo de Impacto Ambiental e ruído .....	659
7.	Licenciamento ambiental e ruído .....	660
8.	Monitoramento e auditoria ambiental do ruído .....	661
9.	Responsabilidade pelo ruído	
9.1	Responsabilidade pelos produtos	
9.1.1	Direito brasileiro .....	662
9.1.2	Direito da União Européia .....	665
9.1.3	Direito norte-americano .....	665
9.1.4	Direito grego .....	666
9.2	Responsabilidade pelo exercício de atividades e pela construção de obras	
9.2.1	Direito brasileiro .....	666
9.2.2	Direito Comparado .....	667
9.2.3	Utilização dos aeroportos – Experiência francesa .....	668
10.	Ação civil pública e ruído .....	668

## Capítulo VIII – EXPLORAÇÃO MINERAL

1.	Introdução	
1.1	Impactos ambientais e mineração .....	670
1.2	Danos ambientais prováveis da mineração .....	670
2.	Depósito mineral e/ou jazida – Lavra e lavra garimpeira	
2.1	Conceito de jazida .....	671
2.2	Conceito de lavra .....	671
2.3	Conceito de lavra garimpeira ou garimpagem .....	671
3.	A legislação ambiental – Impedimentos e/ou restrições da exploração mineral	



3.1	A Constituição Federal e a vedação de exploração mineral .....	672
3.2	Parques nacionais, estaduais e municipais .....	672
3.3	Reservas biológicas .....	673
3.4	Estações ecológicas .....	673
3.5	Áreas de Proteção Ambiental (APAS) .....	674
3.6	Áreas tombadas .....	675
3.7	Áreas de Preservação Permanente .....	675
3.8	Reservas Legais Florestais .....	676
3.9	Cavidades naturais subterrâneas .....	677
4.	Competência para legislar sobre jazidas e minas e competência para legislar sobre o meio ambiente .....	677
5.	Princípio da precaução e do desenvolvimento sustentável – As empresas mineradoras e o DNPM	
5.1	O princípio da precaução .....	678
5.2	O princípio do desenvolvimento sustentado .....	678
6.	O DNPM e sua atuação ambiental .....	679
7.	Exploração mineral e deveres ambientais .....	680
7.1	Dever ambiental na pesquisa mineral .....	680
7.2	Dever ambiental do concessionário da lavra .....	681
7.3	Dever ambiental do permissionário da lavra garimpeira .....	681
8.	Estudo de Impacto Ambiental e exploração mineral	
8.1	Introdução .....	682
8.2	EIA e a classe dos minerais .....	682
9.	O DNPM e o CONAMA – Necessidade de normas de automonitoramento, auditoria e inspeção – Dever de informar .....	684
10.	Licenciamento ambiental e autorização de pesquisa mineral .....	685
11.	Licenciamento ambiental e exploração mineral	
11.1	Análise do Decreto 97.507/89 .....	686
11.2	Licenciamento ambiental de lavra garimpeira .....	687
11.3	Licença ambiental para exploração mineral – A Lei 7.805/89 e as Resoluções 9/90 e 10/90-CONAMA .....	688
12.	Competência comum de registro, acompanhamento e fiscalização .....	689
13.	Crime e exploração mineral .....	689
14.	Sanções administrativas .....	690
15.	Dever de recuperar o meio ambiente degradado pela exploração de recursos minerais .....	691

**Capítulo IX – CRIMES AMBIENTAIS**  
**– A LEI 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998**

1.	Introdução .....	695
----	------------------	-----

2.	Aplicação de penas restritivas de direitos às pessoas físicas	
2.1	Introdução .....	696
2.2	Prestação de serviços à comunidade.....	696
2.3	Interdição temporária de direitos .....	698
2.4	Suspensão parcial ou total de atividades .....	698
2.5	Prestação pecuniária .....	698
2.6	Recolhimento domiciliar .....	699
3.	Responsabilidade penal da pessoa jurídica	
3.1	Direito brasileiro	
3.1.1	Introdução .....	699
3.1.2	A Constituição Federal e a responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	700
3.1.3	Reparação e sanção .....	702
3.1.4	A tipificação do comportamento da pessoa jurídica – Interesse ou benefício da entidade .....	702
3.1.5	Abrangência da responsabilidade penal: pessoa jurídica de Direito Privado e de Direito Público .....	704
3.1.6	Das penas aplicáveis às pessoas jurídicas .....	705
3.1.6.1	Pena de multa cominada à pessoa jurídica .....	705
3.1.6.2	Pena de restrição de direitos cominada à pessoa jurídica .....	706
3.1.6.2.1	Suspensão parcial ou total de atividades..	706
3.1.6.2.2	Interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade .....	707
3.1.6.2.3	Proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações .....	707
3.1.6.3	Pena de prestação de serviços à comunidade cominada à pessoa jurídica.....	708
3.1.7	As pessoas físicas autoras, co-autoras ou partícipes e a responsabilidade penal das pessoas jurídicas .....	708
3.2	Responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito Comparado	
3.2.1	Congresso da Associação Internacional de Direito Penal .....	709
3.2.2	Noruega .....	709
3.2.3	Portugal .....	709
3.2.4	França .....	710
3.2.5	Canadá .....	712
3.2.6	Venezuela .....	713
3.2.7	Conselho da Europa .....	713
4.	Do crime de poluição .....	714
4.1	Crimes contra o meio ambiente, leis e regulamentos .....	714
4.2	Crime de poluição	
4.2.1	Art. 54, <i>caput</i> , e seu § 1º, da Lei 9.605/98: incriminação de todas as formas de poluição .....	716

4.2.2	Crime qualificado de poluição .....	718
4.2.2.1	Art. 54, § 2º, I – Proteção de áreas urbanas e rurais para ocupação humana .....	719
4.2.2.2	Art. 54, § 2º, II – Poluição atmosférica qualificada .....	719
4.2.2.3	Art. 54, § 2º, III – Poluição hídrica qualificada ....	719
4.2.2.4	Art. 54, § 2º, IV – Proteção do uso das praias .....	720
4.2.2.5	Art. 54, § 2º, V – Lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas .....	720
4.2.3	Criminalização da ausência de medidas de precaução .....	721
4.3	Criminalidade na exploração mineral	
4.3.1	Pesquisa, lavra e extração de recursos minerais .....	721
4.3.2	Deixar de recuperar a área pesquisada ou explorada: art. 55, parágrafo único .....	723
4.4	Produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde e criminalidade (art. 56 da Lei 9.605/98) .....	724
4.4.1	Produto ou substância tóxica em relação à saúde humana ou ao meio ambiente .....	724
4.4.2	Produto ou substância perigosa em relação à saúde humana ou ao meio ambiente .....	724
4.4.3	Produto ou substância nociva à saúde humana ou ao meio ambiente .....	725
4.4.4	Abandono de agrotóxicos, de substâncias perigosas e de substâncias nocivas à saúde .....	725
4.4.5	Utilização de agrotóxicos, de substâncias perigosas e de substâncias nocivas à saúde .....	726
4.4.6	Permanência do art. 16 da Lei 7.802/89 .....	726
4.4.7	Substância nuclear ou radioativa .....	726
4.5	Disseminação de doenças, pragas e espécies .....	728
5.	Juizado Especial Criminal e crime ambiental .....	729

---

**TÍTULO IX – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
– FLORESTAS E FAUNA – ASPECTOS JURÍDICOS**

---

## Capítulo II – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E O CÓDIGO FLORESTAL

1. Introdução	
1.1 As florestas, o interesse comum e o uso nocivo da propriedade ...	734
1.2 Área de preservação permanente-APP e floresta de preservação permanente .....	735
1.3 Conceito de florestas de preservação permanente .....	735
2. A existência das APPS e das florestas ou demais formas de vegetação de preservação permanente .....	736
3. A supressão de vegetação em APPS .....	737
3.1 A Constituição Federal, os espaços territoriais especialmente protegidos e as APPS .....	737
3.2 Supressão de vegetação em APPS e o Código Florestal .....	738
3.2.1 A supressão da vegetação nas APPS, utilidade pública e interesse social .....	738
3.2.2 A supressão da vegetação nas APPS, o EPIA e o procedimento administrativo próprio .....	739
3.2.3 Supressão da APP urbana .....	740
3.3 Supressão da vegetação e publicidade .....	741
4. Reservatório artificial e APP .....	742
5. Demarcação e averbação das APPS .....	742
6. Competência constitucional – Ação da União, dos Estados e dos Municípios .....	742
7. O direito de propriedade, função social da propriedade, a lei, a APP e o CONAMA	
7.1 Direito de propriedade .....	743
7.2 Função social da propriedade e lei .....	743
7.3 A APP e o CONAMA .....	745
8. Destinação do solo – Criação de florestas de preservação permanente e reflorestamento .....	746
9. Utilização das florestas de preservação permanente .....	747
10. Florestas de preservação permanente e indenização .....	749
11. Tutela penal das florestas de preservação permanente e crimes florestais .....	751
12. Infrações administrativas referentes às florestas de preservação permanente .....	754

## Capítulo III – RESERVA LEGAL FLORESTAL

1. Conceito e abrangência .....	755
2. Reserva Legal Florestal e sua relação com outros espaços territoriais protegidos .....	756

3. A Constituição Federal e a Reserva Legal Florestal	
3.1 A Reserva Legal Florestal é espaço territorialmente protegido, na aceção do art. 225, § 1º, III, da CF .....	757
3.2 A Reserva Legal Florestal e a legislação dos Estados .....	757
4. O poder de polícia concernente à Reserva Legal Florestal .....	757
5. Área da Reserva .....	758
6. Localização da Reserva .....	758
7. Características da Reserva Legal Florestal	
7.1 Inalterabilidade relativa da destinação .....	759
7.2 Regime de manejo florestal sustentável .....	760
7.3 Gratuidade da constituição da Reserva Legal Florestal .....	761
7.4 Averbação da Reserva Legal Florestal no Registro de Imóveis	
7.4.1 Legislação federal .....	761
7.4.2 Legislação estadual .....	762
7.5 Medição e demarcação da Reserva Legal Florestal .....	762
7.6 Isenção de imposto territorial rural sobre a Reserva Legal Florestal .....	763
8. Redução ou ampliação da Reserva Legal Florestal pela Administração Pública .....	763
9. Infrações administrativas .....	764
10. Ações judiciais e a Reserva Legal Florestal .....	765

#### Capítulo IV – FAUNA

1. Conceito de fauna silvestre .....	766
2. Competência para legislar sobre fauna .....	767
3. A fauna e os modos de aquisição da propriedade móvel no Direito anterior .....	767
4. A fauna silvestre como bem público .....	769
5. A caça	
5.1 A caça e a conservação da fauna silvestre .....	772
5.2 Modalidades de caça .....	774
5.2.1 Caça profissional .....	774
5.2.2 Caça de controle .....	775
5.2.3 Caça amadorista .....	776
5.2.4 Caça de subsistência .....	777
5.2.5 Caça científica .....	777
6. A intervenção do Poder Público na caça .....	778
7. Avaliações preliminares para abertura da caça e Estudo de Impacto Ambiental .....	779
8. Proibições específicas de caça .....	780
9. A caça e a propriedade privada .....	781

10. A caça e a destruição do “habitat” – Reparação de danos .....	782
11. Crimes contra a fauna .....	783
12. Comércio da fauna silvestre	
12.1 Comércio ilegal .....	788
12.2 Comércio legal .....	792
12.3 Comércio internacional .....	793

## **TÍTULO X — SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

### Capítulo I — CONCEITUAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....797

1. Unidades de Proteção Integral .....	797
2. Unidades de Uso Sustentável .....	798

### Capítulo II — ASPECTOS JURÍDICOS RELATIVOS ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1. Procedimento de criação, de alteração e de supressão das unidades de conservação	
1.1 Criação das unidades de conservação .....	800
1.2 A desafetação da unidade de conservação e a modificação de seus limites .....	801
2. Compensação do dano ambiental e unidades de conservação	
2.1 Compensação ambiental .....	802
2.2 Obrigação do empreendedor de apoiar as unidades de proteção e o Estudo de Impacto Ambiental .....	803
2.3 Pagamento a ser efetuado pelo empreendedor .....	804
2.4 Do cálculo do pagamento a ser efetuado pelo empreendedor .....	806
2.5 Abrangência do dever jurídico de compensar na Lei 9.985/2000 ....	807
2.6 Possibilidade de o empreendedor ser proprietário e mantenedor de uma unidade de conservação .....	809
2.7 Compensação e população tradicional .....	810
3. Plano de Manejo e unidades de conservação	
3.1 Conceito .....	810
3.2 Conteúdo do Plano de Manejo: parte vinculada e parte discricionária .....	811

3.3	Plano de Manejo e participação pública .....	812
3.4	Plano de Manejo, o Estudo de Impacto Ambiental e o princípio da precaução .....	812
3.5	Plano de Manejo e defesa nacional	
3.5.1	Plano de Manejo de unidades de conservação situadas fora da faixa de fronteira e as ações militares e policiais ...	813
3.5.2	Plano de Manejo das unidades de conservação situadas na faixa de fronteira .....	814
4.	Direito de propriedade, zonas de amortecimento e corredores ecológicos .....	816
5.	Direitos e deveres da população tradicional das unidades de conservação	
5.1	Direitos da população tradicional .....	819
5.2	Deveres da população tradicional .....	821
6.	A pesquisa científica nas unidades de conservação .....	822
6.1	Objetivos da pesquisa nas unidades de conservação .....	822
6.2	A autorização para a pesquisa científica nas unidades de conservação .....	822
6.3	Responsabilidade criminal dos pesquisadores e dos administradores das unidades de conservação .....	823
7.	O acesso do público às unidades de conservação	
7.1	A regulamentação do acesso público .....	824
7.2	Dos direitos dos visitantes e dos deveres do Poder Público e das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado .....	825
8.	Da gestão das unidades de conservação	
8.1	O princípio da autonomia dos entes políticos federados e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza .....	826
8.2	A gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC e os órgãos competentes .....	827
8.3	A gestão das unidades de conservação e os recursos financeiros ....	828
8.4	A gestão das unidades de conservação e as organizações da sociedade civil de interesse público .....	829
8.4.1	As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e o Ministério da Justiça .....	829
8.4.2	Unidade de conservação, OSCIP, contrato de parceria e licitação .....	830
8.4.3	O Decreto 4.340/2002: gestão compartilhada e insuficiência da regulamentação	
8.4.3.1	Gestão compartilhada .....	831
8.4.3.2	A insuficiência do Decreto 4.340/2002 quanto às OSCIPs .....	832

8.4.4	O controle público das organizações sociais civis de interesse público e responsabilidade civil .....	833
8.4.5	As organizações sociais civis de interesse público teriam poder de polícia nas unidades de conservação? .....	833
9.	Proteção penal das unidades de conservação .....	834
10.	As florestas públicas – Lei 11.284/2006 e as Unidades de Conservação	
10.1	Conceito .....	835
10.2	Abrangência das florestas públicas .....	835
11.	Conclusão .....	836

## ***TÍTULO XI – DANO NUCLEAR E REJEITOS RADIOATIVOS***

Capítulo I – PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR – UMA DAS FACES DA RESPONSABILIDADE .....	837
---	-----

### **Capítulo II – MEDIDAS PREVENTIVAS ESPECÍFICAS DO DANO NUCLEAR**

1.	Introdução .....	841
2.	Medição das radiações .....	841
2.1	Medida das radiações e controle da poluição nuclear pelos Estados e Municípios .....	844
3.	Notificação do público .....	844
4.	Zoneamento da área adjacente à instalação nuclear	
4.1	Experiência estrangeira .....	845
4.2	Direito brasileiro	
4.2.1	Experiência brasileira e poder de autorizar atracação de navios nucleares – Uso da ação civil pública .....	846
4.2.2	Zoneamento nuclear e competência federal e municipal ...	847
4.2.3	A estação ecológica como entorno da usina nuclear .....	848

Capítulo III – DIREITO DE INFORMAÇÃO, PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR E INTERVENÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES .....	851
--	-----

### **Capítulo IV – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NUCLEAR E PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR**

1.	Experiência estrangeira	
1.1	Espanha .....	854



1.2	França .....	854
1.3	Estados Unidos da América .....	855
2.	Experiência brasileira	
2.1	Fiscalização e fomento da energia nuclear: atividades a serem separadas .....	857
2.2	Composição da CNEN – Necessidade de reformulação .....	858
2.3	Poder de polícia nuclear: licenciamento e suspensão da licença ...	858
2.4	Poder de polícia nuclear: autorização e suspensão da operação das instalações nucleares .....	859
2.5	Normas de segurança nuclear e de segurança radioativa .....	860
2.5.1	Instalação nuclear .....	861
2.5.2	A supervisão técnica independente em usinas núcleo-elétricas e outras instalações: forma inovadora de cooperação privada na fiscalização .....	861
2.6	O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear – Intervenção da União e situação de emergência .....	863
2.7	Medicina, Odontologia e radioproteção	
2.7.1	Legislação básica .....	865
2.7.2	Princípios da radioproteção .....	866
2.7.3	Medicina Nuclear .....	868
2.7.4	Direito à informação na radioproteção .....	869
2.8	Atribuições da CNEN e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária concernentes à radiação ionizante e a competência dos Estados e dos Municípios .....	869
2.9	Conclusões .....	870

## Capítulo V – REJEITOS RADIOATIVOS: LEI 10.308, DE 20.11.2001

1.	Introdução .....	872
2.	Conceito de rejeito radioativo .....	873
3.	Responsabilidade civil e rejeitos radioativos	
3.1	Responsabilidade civil sem culpa .....	875
3.2	Responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente por rejeitos radioativos .....	876
4.	Tipos de depósitos de rejeitos radioativos .....	877
4.1	Depósitos provisórios .....	877
4.2	Depósitos iniciais	
4.2.1	Introdução .....	878
4.2.2	Atividade geradora do rejeito radioativo, depósito inicial e responsabilidade civil .....	878
4.3	Depósitos intermediários e depósitos finais .....	879

5.	Seleção de locais para depósitos de rejeitos radioativos	
5.1	Seleção de locais para depósitos iniciais .....	879
5.2	Seleção de depósitos intermediários e finais .....	880
5.3	Seleção dos locais para depósitos e plano diretor dos Municípios..	881
6.	Descomissionamento e fechamento dos depósitos de rejeitos radioativos	
6.1	Descomissionamento .....	881
6.2	Fechamento do depósito radioativo .....	882
7.	Licença ambiental dos depósitos: controle indispensável .....	882
8.	As proibições expressas na Lei 10.308/2001 .....	883
9.	Os Estados e os Municípios e os rejeitos radioativos .....	884
9.1	Os Estados e a responsabilidade pela guarda dos depósitos provisórios: possível inconstitucionalidade .....	884
9.2	Os Municípios e a compensação financeira pelos depósitos de rejeitos radioativos .....	885
10.	Gestão dos rejeitos radioativos segundo a Convenção Comum sobre a Segurança do Combustível Usado e sobre a Segurança da Gestão dos Rejeitos Radioativos .....	886
11.	A informação na gestão dos rejeitos radioativos .....	886
11.1	Informação na seleção dos locais para depósitos de rejeitos radioativos .....	887
11.2	Informação durante a gestão dos depósitos de rejeitos radioativos .....	887
11.3	Informação anual ao Congresso Nacional .....	888
12.	A CNEN-Comissão Nacional de Energia Nuclear e seus poderes .....	888

**TÍTULO XII – PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

**Capítulo Único – PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

1.	Introdução .....	891
2.	O litoral nas Constituições Estaduais de 1989 .....	891
2.1	Áreas de preservação permanente litorâneas .....	892
2.2	Autorização	
2.2.1	Alagoas .....	892
2.2.2	Maranhão .....	892

2.2.3	Piauí .....	892
2.2.4	Rio de Janeiro .....	893
2.2.5	São Paulo .....	893
2.3	Autorização pelo órgão estadual competente e homologação pela Assembléia Legislativa .....	893
2.4	Gerenciamento costeiro estadual obrigatório .....	893
2.5	Obrigatoriedade de combater a poluição .....	894
2.6	Comportamentos específicos	
2.6.1	Esgotos .....	894
2.6.2	Lixo .....	894
2.6.3	Gabaritos para construções .....	894
3.	Zona Costeira .....	895
4.	Praias – Conceito – Uso e acesso	
4.1	Conceito .....	898
4.2	Uso .....	899
4.3	Acesso .....	900
5.	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e competência da União .....	901
5.1	Ausência de plano e utilização da Zona Costeira .....	901
5.2	Planejamento e Zona Costeira .....	902
5.3	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Inovação da Lei 7.661/88 – Conteúdo e elaboração do plano	
5.3.1	Inovação .....	902
5.3.2	Conteúdo .....	902
5.3.3	Elaboração .....	903
6.	Relacionamento federal, estadual e municipal na gestão da Zona Costeira .....	904
7.	Estudo de Impacto Ambiental na Zona Costeira .....	905
8.	Licenciamento e sanção do descumprimento das condições da licença ...	906
9.	Responsabilidade civil na Zona Costeira .....	906
10.	Comunicação ao CONAMA das sentenças condenatórias e Ministério Público .....	907
11.	Gestão de resíduos nos portos, instalações portuárias e plataformas e poluição causada por descarga de óleo ou de substâncias nocivas ou perigosas – A Lei 9.986/2000 .....	907
11.1	Das obrigações ambientais e das infrações dos portos organizados, instalações portuárias e plataformas	
11.1.1	Das competências e das competências .....	908
11.1.2	Das instalações de recebimento e tratamento dos resíduos e dos meios destinados ao combate à poluição .....	908
11.1.3	Das planas de emergência .....	909
11.1.4	O manual de procedimento interno .....	910

11.1.5	Das auditorias ambientais independentes .....	911
11.2	O risco e a classificação das substâncias nocivas ou perigosas .....	912
11.3	Da descarga de óleo, substâncias nocivas e perigosas e lixo .....	912
12.	A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a Proteção do Meio Ambiente .....	913

### **TÍTULO XIII**

#### **PATRIMÔNIO CULTURAL – ASPECTOS JURÍDICOS**

##### **Capítulo I – O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO**

1.	Conceito de “cultura” .....	916
2.	O patrimônio cultural nas Constituições Republicanas .....	917
3.	O patrimônio cultural, a Constituição Federal de 1988, as Constituições Estaduais e o Direito Comparado	
3.1	O patrimônio cultural e a Constituição Federal de 1988 .....	917
3.2	A proteção do patrimônio cultural e os Estados	
3.2.1	Competência dos Conselhos Estaduais de Cultura .....	920
3.2.2	Composição dos Conselhos Estaduais de Cultura .....	921
3.3	Os Fundos Estaduais de Cultura .....	922
3.4	O patrimônio cultural e ambiental no Direito Comparado .....	923
3.5	O patrimônio cultural e a partilha das competências constitucionais .....	924
4.	O patrimônio cultural e o Decreto-lei 25, de 30.11.37 .....	924
5.	O patrimônio natural e sua proteção conjunta com o patrimônio cultural..	925
6.	O Poder Público e as várias formas constitucionais de proteção do patrimônio cultural .....	926

##### **Capítulo II – REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL**

1.	Os livros do registro .....	927
2.	Condições para o registro .....	927
3.	Semelhanças e diferenças entre registro de bens culturais de natureza imaterial e tombamento .....	929

4. Procedimento para a inscrição no registro federal de bens imateriais	
4.1 Dos que podem solicitar o registro .....	930
4.2 Da instrução do pedido de registro .....	931
4.3 Da atuação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural .....	931
5. Título de “Patrimônio Cultural do Brasil”: concessão, duração e revalidação .....	931

### Capítulo III – TOMBAMENTO

1. Histórico da legislação de tombamento	
1.1 Origem do termo “tombamento” .....	933
1.2 O tombamento e sua introdução no Brasil .....	934
1.3 Introdução do tombamento na Constituição Federal de 1988 .....	935
2. O tombamento nas Constituições Estaduais	
2.1 Instituição do tombamento pelas Constituições Estaduais .....	935
2.2 Proteção especial a etnias .....	936
2.3 Alteração e/ou supressão da proteção .....	937
2.4 Criação de incentivos .....	937
3. A divisão de competências constitucionais no caso do tombamento	
3.1 Possibilidade de mais de um tombamento: a competência comum .....	937
3.2 As normas gerais sobre tombamento e a competência legislativa suplementar .....	939
4. Tombamento e o planejamento nacional, estadual e municipal: pela instituição de um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural .....	939
5. Estrutura dos organismos administrativos de proteção do patrimônio	
5.1 Histórico da gestão do patrimônio cultural .....	941
5.2 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN .....	941
5.3 Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	
5.3.1 Histórico do sistema de colegiado na proteção do patrimônio cultural .....	942
5.3.2 O Conselho Consultivo .....	942
6. Espécies de tombamento .....	944
7. Instituição do tombamento: por lei e por ato do Poder Executivo	
7.1 Instituição por lei .....	945
7.2 Instituição por ato do Poder Executivo .....	945
8. Processo do tombamento .....	947
9. Tombamento provisório .....	949
10. A gestão dos bens tombados e a função cultural e social da propriedade	

10.1	A propriedade e o Decreto-lei 25/37 .....	951
10.2	A propriedade no Código Civil Brasileiro de 2002 e o patrimônio cultural .....	952
11.	A gestão dos bens tombados: deveres dos proprietários privados	
11.1	Dever de comunicar a necessidade de reparar o bem tombado .....	953
11.2	Dever de não destruir, demolir, deteriorar, mutilar ou inutilizar a coisa tombada .....	954
11.3	Dever de solicitar ao Poder Público autorização para reparar, pintar ou restaurar .....	955
11.4	Dever de solicitar autorização para a colocação de cartazes ....	956
11.5	Dever de comunicar ao Poder Público a intenção de vender a coisa tombada .....	957
11.6	Dever de solicitar autorização para a saída da coisa tombada do País .....	958
12.	A gestão dos bens tombados: direitos dos proprietários privados	
12.1	Direito de usar a coisa tombada .....	958
12.2	Direito de pedir o cancelamento do tombamento .....	959
13.	Gratuidade no tombamento e a indenização dos proprietários privados .....	960
13.1	Existência de prejuízo e confrontação dos direitos do proprietário privado e do órgão público .....	960
13.2	A singularidade e a generalidade das limitações sobre o bem tombado	
13.2.1	Introdução .....	962
13.2.2	Bem tombado como parte de um acervo de bens tombados .....	963
13.2.3	Bem tombado singularmente .....	964
14.	Gestão dos bens públicos tombados .....	965
15.	A vizinhança como área protegida .....	967
16.	Crimes e patrimônio cultural .....	968
17.	Informação, precaução e participação: por um novo sistema de gestão dos bens tombados .....	971
17.1	Informação na gestão dos bens tombados .....	971
17.2	O princípio da precaução na gestão dos bens tombados .....	972
17.3	A participação na gestão dos bens tombados .....	973
18.	Proteção internacional do patrimônio cultural e natural	
18.1	Introdução .....	973
18.2	Tombamento internacional? .....	974
18.3	Significado da inclusão na Lista do Patrimônio Mundial .....	975

---

**TÍTULO XIV – ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

---

**Capítulo Único – ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

1. Introdução .....	977
2. Riscos da Engenharia Genética .....	979
3. Utilização da Engenharia Genética .....	981
4. Antecedentes da legislação brasileira – Direito Comparado .....	982
5. Finalidade da Lei 11.105/2005 .....	982
6. Abrangência da Lei 11.105/2005	
6.1 Atividades e projetos .....	983
6.2 Exercício das atividades de Engenharia Genética somente por pessoas jurídicas .....	983
6.3 Vedação do exercício da Engenharia Genética para as pessoas físicas – Duvidosa constitucionalidade .....	984
7. Atividades não abrangidas pela Lei 11.105/2005 .....	986
8. Competências constitucionais da União, dos Estados e dos Municípios com relação à Engenharia Genética .....	986
9. Proibições e comportamentos vinculados .....	987
9.1 Proibição da implementação de projeto relativo a OGM sem a manutenção de registro de seu acompanhamento individual (art. 6º, I) .....	988
9.2 Proibição da prática de engenharia genética em organismo vivo ou do manejo “in vitro” de ADN/ARN natural ou recombinante, realizado em desacordo com as normas previstas na lei (art. 6º, II) .....	988
9.3 Proibição de engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano (art. 6º, III) .....	989
9.4 Proibição da clonagem humana (art. 6º, IV) .....	989
9.5 Proibição da destruição ou descarte no meio ambiente de OGM e seus derivados em desacordo com as normas estabelecidas (art. 6º, V) .....	989
9.6 Proibição da liberação no meio ambiente de OGM ou seus derivados, no âmbito de atividades de pesquisa, sem a decisão técnica favorável da CTNBIO (art. 6º, VI) .....	990

9.7	Proibição da liberação comercial de OGM ou seus derivados sem o parecer favorável da CTNBIO (art. 6º, VI).....	990
9.8	Proibição da liberação comercial de OGM e seus derivados, sem o licenciamento ambiental, quando este seja necessário (art. 6º, VI) .....	990
9.9	Proibição da utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso (art. 6º, VII) .....	991
10.	Conselho Nacional de Biossegurança-CNBS	
10.1	Competência .....	991
10.2	Composição .....	992
11.	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTNBIO .....	992
11.1	Competência da CTNBIO .....	993
11.1.1	Competência para estabelecer normas.....	994
11.1.2	Competência para definir nível de biossegurança e classe de risco .....	994
11.1.3	Competência para avaliação do risco .....	994
11.1.4	Competência para expedir autorização .....	995
11.1.5	Competência para expedir decisão técnica e fundamentação da decisão .....	996
11.1.6	Competência sobre o meio ambiente .....	997
11.1.7	Competência para emitir Certificado de Qualidade em Biossegurança-CQB .....	998
11.1.8	Competência para divulgação dos atos da CTNBIO .....	998
11.2	Composição da CTNBIO .....	999
11.2.1	Número de membros da CTNBIO .....	1000
11.2.2	Modo de escolha dos membros da CTNBIO .....	1000
11.2.3	Os cientistas e/ou especialistas na CTNBIO .....	1001
11.2.4	Os representantes do Governo na CTNBIO .....	1002
11.3	Funcionamento da CTNBIO	
11.3.1	O princípio da precaução e os membros da CTNBIO .....	1003
11.3.2	Publicidade ou sigilo nas reuniões da CTNBIO .....	1004
11.3.3	Presidência da CTNBIO .....	1005
11.3.4	Instalação da reunião e votação .....	1005
11.3.5	Impedimentos dos representantes na CTNBIO .....	1006
11.3.6	As subcomissões setoriais.....	1007
11.4	O Ministério Público Federal e a CTNBIO .....	1007
12.	Ministérios e órgãos competentes no plano federal	
12.1	Introdução .....	1008
12.2	Registro de produtos contendo OGM .....	1008



12.3	Competência para emitir autorização para a importação de OGM e seus derivados .....	1009
12.3.1	Da autorização para liberação ou descarte de OGM no meio ambiente .....	1010
13.	O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e o princípio da precaução ...	1011
14.	Certificado de Qualidade em Biossegurança-CQB	
14.1	O CQB na Lei 11.105/2005 .....	1012
14.2	O CQB e a CIBio .....	1012
14.3	O conteúdo do requerimento para obtenção do CQB .....	1013
14.4	Dos prazos para a obtenção do CQB .....	1014
14.5	As vistorias e o CQB .....	1014
15.	Comissão Interna de Biossegurança-CIBio	
15.1	Introdução .....	1015
15.2	Composição da CIBio .....	1016
15.3	Competência da CIBio	
15.3.1	Informação .....	1017
15.3.2	Prevenção e inspeção .....	1017
15.3.3	Avaliação de propostas e seu encaminhamento à CTNBio .....	1017
15.3.4	Registro do acompanhamento individual do projeto e sua obrigatoriedade .....	1018
15.3.5	A CIBio e a notificação do resultado das avaliações de risco e da ocorrência de acidente .....	1018
15.3.6	Investigação de ocorrência de acidentes e de enfermidades .....	1019
15.4	Dispensa da constituição da CIBio .....	1019
16.	O técnico principal de cada projeto .....	1020
17.	Rotulagem nos produtos oriundos da Biotecnologia .....	1022
18.	Responsabilidade penal na Lei 11.105/2005 .....	1023
18.1	Crime da utilização de embrião humano em desacordo com o que dispõe o art. 5º da Lei 11.105/2005: Pena – detenção, de um a três anos, e multa (art. 24) .....	1024
18.2	Crime da prática de engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano ou embrião humano: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa (art. 25) .....	1025
18.3	Crime da realização de clonagem humana: Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa (art. 26) .....	1026
18.4	Liberação ou descarte de OGM no meio ambiente, em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa (art. 27) .....	1026

18.5	Crime de utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso: Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa (art. 28).....	1027
18.6	Crime de produção, armazenamento, transporte, comercialização, importação ou exportação de OGM ou seus derivados, sem autorização ou em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização: Pena – reclusão, de um a dois anos, e multa (art. 29) .....	1028
18.7	Crime de comercialização de material biológico .....	1029
19.	Clonagem humana – Problemas jurídicos	
19.1	A dignidade humana .....	1030
19.2	O clone .....	1031
19.3	Discussão jurídica do clone na espécie humana .....	1032
20.	Responsabilidade penal da pessoa jurídica e OGM	
20.1	A presença das pessoas jurídicas na Engenharia Genética .....	1034
20.2	A responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	1035
21.	Responsabilidade civil objetiva e OGM .....	1036
22.	Financiamento das atividades ligadas a OGM e co-responsabilidade ...	1037
23.	Ação civil pública e OGM .....	1038

## ***TÍTULO XV – COMÉRCIO INTERNACIONAL, MERCOSUL E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL***

### **Capítulo I – COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE**

1.	Introdução .....	1039
2.	O comércio internacional e o GATT/OMC .....	1040

### **Capítulo II – MERCOSUL E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL**

1.	Das finalidades do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL .....	1042
2.	Responsabilidade ambiental dos Estados e soberania .....	1043
3.	As Constituições nacionais dos Estados-Partes e o meio ambiente ...	1045
4.	O Federalismo e o MERCOSUL .....	1045
5.	Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL .....	1048
5.1	Os princípios no Acordo ambiental .....	1048

5.2	A cooperação no Acordo ambiental: sociedade civil e governos .....	1049
5.3	Áreas temáticas .....	1050
6.	O meio ambiente nos acordos bilaterais entre os membros do MERCOSUL .....	1050
7.	Procedimentos administrativos de prevenção do dano ambiental nacional transfronteiriço	
7.1	Estudo de Impacto Ambiental .....	1051
7.2	Monitoramento ambiental .....	1052
7.3	Avaliação e institucionalização do controle ambiental contínuo .....	1053
8.	Aplicação interna das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL .....	1054
9.	Solução de controvérsias e acesso à Justiça no MERCOSUL	
9.1	Solução de controvérsias	
9.1.1	As controvérsias e a estrutura do Protocolo de Olivos .....	1057
9.1.2	Jurisdição dos Tribunais do MERCOSUL .....	1058
9.1.3	Reclamações de particulares .....	1059
9.2	Acesso ao Poder Judiciário no MERCOSUL .....	1060
10.	Normas jurídico-ambientais comunitárias e o sistema da Comunidade Européia-CE .....	1061
10.1	As diferentes normas jurídicas da CE .....	1062
10.2	O conteúdo das normas: “nível de proteção elevado” .....	1063
10.3	Os Estados-membros podem ter normas mais severas que as da CE? .....	1063
11.	Normas jurídico-ambientais comunitárias e o sistema do NAFTA .....	1064
	Bibliografia .....	1067
	Índice alfabético-remissivo .....	1089